

**Senhores Acionistas:**  
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

**Mercado de Atuação**  
A Santander Leasing, instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A. e das lojas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

**Patrimônio Líquido e Resultado**  
Em 31 de dezembro de 2015 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$5.433 milhões (31/12/2014 - R\$5.262 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2015 foi de R\$498 milhões em comparação a R\$461 milhões do mesmo período do ano anterior.

**Ativos e Passivos**  
Em 31 de dezembro de 2015, os ativos totais atingiram R\$74.088 milhões (31/12/2014 - R\$66.790 milhões). Desse montante, R\$58.427 milhões (31/12/2014 - R\$42.833 milhões) são registrados por

aplicações interfinanceiras de liquidez, R\$10.655 milhões (31/12/2014 - R\$8.382 milhões) por títulos e valores mobiliários e R\$2.127 milhões (31/12/2014 - R\$2.267 milhões) pela carteira de arrendamento ao valor presente e outros créditos com características de concessão de crédito.  
O total dos recursos captados atingiu R\$66.690 milhões (31/12/2014 - R\$48.933 milhões) representado por debêntures.

**Conjuntura Econômica**  
Ao contrário do ocorrido nos três meses anteriores, o cenário econômico do quarto trimestre de 2015 teve menor volatilidade, com as taxas de juros e de câmbio se mantendo relativamente estáveis no período - a primeira sendo mais alta e a segunda flutuando ao redor de R\$4,00/US\$. Apesar disso, o ambiente segue desafiador para a atividade bancária no Brasil, que precisa lidar com uma forte contração econômica e inflação elevada. Dependendo da evolução do ajuste fiscal pretendido pelo governo em 2016, o Bacen deve ter pouco espaço para incentivar a recuperação da economia com política monetária. Já a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2015 em 10,7% e deve ceder sensivelmente em 2016.  
Entretanto, a inflação do final do ano deve continuar acima do teto da meta de 6,5%. O mercado de trabalho segue em processo de deterioração, iniciado no primeiro trimestre, com a taxa de desemprego subindo para 7,5% em novembro de 2015, ante taxa de 4,8% registrada em novembro de 2014. A carteira total de crédito do sistema cresceu 7,4% em novembro de 2015 na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o que representa uma desaceleração relevante quando comparado ao ritmo de crescimento

observado em meados de 2015. Esse movimento pode ser observado tanto no crédito com recursos direcionados, cujo crescimento cedeu para 11,2% ao ano, quanto no crédito com recursos livres, que aumentou apenas 1,1% entre novembro de 2014 e novembro de 2015. A carteira dos bancos públicos também está crescendo em ritmo mais lento do que no passado, mas ainda cresce substancialmente mais do que a dos bancos privados (11,4% em doze meses, enquanto a dos bancos privados se expandiu em apenas 2,9%). O conservadorismo na oferta de concessões por parte dos bancos públicos e privados, a cautela na tomada de crédito por parte dos consumidores e as taxas de juros em alta são fatores que devem manter essa tendência de desaceleração do crédito ao longo dos próximos meses.

**Outras Informações**  
A Santander Leasing tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução de Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, informa que no exercício de 2015, não foram contratados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.  
Barueri, 29 de março de 2016

**O Conselho de Administração**  
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
Nota	31/12/2015	31/12/2014	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>67.311.032</b>	<b>50.433.157</b>	
<b>Disponibilidades</b>	<b>4&amp;16.d</b>	<b>11.093</b>	<b>10.882</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>16.d</b>	<b>58.391.758</b>	<b>42.576.949</b>
Aplicações no Mercado Aberto		3.664.176	28.040.604
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		54.727.582	14.536.345
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>5.a</b>	<b>8.748.389</b>	<b>7.667.682</b>
Carteira Própria		8.746.715	7.665.970
Vinculados à Prestação de Garantias		1.684	1.712
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>(14.547)</b>	<b>(11.056)</b>	
Arrendamentos a Receber:			
Setor Público	6.b	36	700
Setor Privado	6.b	1.027.663	1.038.605
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(1.024.002)	(1.028.464)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(18.244)	(21.897)
<b>Outros Créditos</b>	<b>171.238</b>	<b>185.030</b>	
Rendas a Receber		5	-
Créditos Tributários	7	170.843	149.415
Diversos	8	548	35.623
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(158)	(8)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>3.091</b>	<b>3.670</b>	
Outros Valores e Bens	6.b	3.770	4.793
(Provisões para Desvalorizações)	6.b	(1.637)	(1.791)
Despesas Antecipadas		958	674
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>3.667.344</b>	<b>2.897.435</b>	
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>16.d</b>	<b>34.761</b>	<b>256.044</b>
Aplicações no Mercado Aberto		-	256.044
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		34.761	-
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>5.a</b>	<b>1.906.233</b>	<b>714.010</b>
Carteira Própria		1.873.426	680.600
Vinculados à Prestação de Garantias		32.807	33.410
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>(25.131)</b>	<b>(25.826)</b>	
Arrendamentos a Receber:			
Setor Público	6.b	6	36
Setor Privado	6.b	930.687	1.022.958
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(926.153)	(1.016.709)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(29.671)	(32.111)
<b>Outros Créditos</b>	<b>1.751.408</b>	<b>1.952.577</b>	
Créditos Tributários	7	524.366	460.691
Diversos	8	1.227.104	1.491.902
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(62)	(16)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>73</b>	<b>630</b>	
Despesas Antecipadas		73	630
<b>Permanente</b>	<b>3.109.780</b>	<b>3.449.388</b>	
Participações em Coligada - no País		2	2
Outros Investimentos		2.017	2.017
(Provisões para Perdas)		(2.016)	(2.016)
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Imóveis de Uso		1.387	1.387
Outras Imobilizações de Uso		17	17
(Depreciações Acumuladas)		(1.404)	(1.404)
<b>Imobilizado de Arrendamento</b>	<b>6.b&amp;10</b>	<b>3.109.778</b>	<b>3.449.386</b>
Bens Arrendados		5.529.134	5.941.386
(Depreciações Acumuladas)		(2.419.356)	(2.492.000)
<b>Total do Ativo</b>	<b>74.088.156</b>	<b>56.779.980</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
Nota	31/12/2015	31/12/2014	
<b>Passivo Circulante</b>	<b>771.198</b>	<b>1.020.255</b>	
<b>Outras Obrigações</b>	<b>771.198</b>	<b>1.020.255</b>	
Sociais e Estatutárias		465	449
Fiscais e Previdenciárias	12	143.564	190.844
Diversas	13	627.169	828.962
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>	<b>67.883.740</b>	<b>50.497.759</b>	
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>11&amp;16.d</b>	<b>66.689.757</b>	<b>48.932.843</b>
Recursos de Debêntures		66.689.757	48.932.843
<b>Outras Obrigações</b>	<b>1.193.983</b>	<b>1.564.916</b>	
Fiscais e Previdenciárias	12	759.893	1.127.991
Diversas	13	434.090	436.925
<b>Resultados de Exercícios Futuros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>45</b>
Resultados de Exercícios Futuros			45
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>15</b>	<b>5.433.218</b>	<b>5.261.921</b>
Capital Social:			
De Domiciliados no País		4.720.030	4.720.030
Reservas de Lucros		816.622	573.595
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(103.434)	(31.704)
<b>Total do Passivo</b>	<b>74.088.156</b>	<b>56.779.980</b>	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
Nota	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>4.720.030</b>	<b>282.046</b>	<b>72.002</b>	<b>5.034.418</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	7.956
Lucro Líquido	-	-	-	460.957
Destinações:				
Reserva Legal	-	23.048	-	(23.048)
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	(241.410)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	98.250	(98.250)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	98.249	(98.249)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>4.720.030</b>	<b>305.094</b>	<b>268.501</b>	<b>5.261.921</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	(71.730)
Lucro Líquido	-	-	-	498.027
Destinações:				
Reserva Legal	-	24.901	-	(24.901)
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	(255.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	109.063	(109.063)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	109.063	(109.063)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>4.720.030</b>	<b>329.995</b>	<b>486.627</b>	<b>5.433.218</b>
<b>Saldos em 30 de Junho de 2015</b>	<b>4.720.030</b>	<b>318.831</b>	<b>274.505</b>	<b>5.299.106</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	(89.174)
Lucro Líquido	-	-	-	223.286
Destinações:				
Reserva Legal	-	11.164	-	(11.164)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	106.061	(106.061)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	106.061	(106.061)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>4.720.030</b>	<b>329.995</b>	<b>486.627</b>	<b>5.433.218</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**1. Contexto Operacional**  
A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Alameda Araguaia, 731, Pavimento Superior - Parte A - Alphaville - Barueri - SP atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander e das lojas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI). A Santander Leasing tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**  
As demonstrações financeiras da Santander Leasing, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas de Enfo (equivalente ao IAS 8 no IFRS), pronunciamento recepcionado pelo CMN e Bacen através da Instrução Normativa COSIF e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.  
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.  
Em 31 de dezembro de 2014, para operações de arrendamento que foram quitadas pelo arrendatário no final do contrato ou liquidados no prazo acima do limite mínimo exigido pela legislação vigente, a Santander Leasing alterou a apresentação do saldo correspondente ao resultado auferido na alienação de bens, que eram reconhecidos como resultado não operacional e passaram a ser registrados como resultado operacional, com efeito retrospectivo na demonstração de resultado e demonstração do valor adicionado, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8 no IFRS), pronunciamento recepcionado pelo CMN e Bacen através da Resolução 4.007, de 25 de agosto de 2011. Referida alteração decorre da inclusão de nova cláusula no instrumento contratual que permitiu melhor segregação do fluxo contábil de alienações ocorridas junto ao arrendatário ou a um terceiro por este indicado.  
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 29 de março de 2016.  
As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Santander Leasing, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

**3. Principais Práticas Contábeis**  
**a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**  
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.  
**b) Auração do Resultado**  
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.  
Os títulos e valores mobiliários são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, e quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.  
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2011.  
**d) Caixa e Equivalentes de Caixa**  
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.  
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:  
- títulos para negociação;  
- títulos disponíveis para venda; e  
- títulos mantidos até o vencimento.  
Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e II. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida.  
(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e  
(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.  
Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.  
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.  
**f) Instrumentos Financeiros Derivativos**  
Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.  
**g) Títulos e Valores Mobiliários**  
A Resolução do CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apraçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

(a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001.  
(b) Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen 3.062, de 30 de janeiro de 2002; e  
(c) demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.  
De acordo com esta Resolução, a Santander Leasing passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.  
**h) Carteira de Arrendamento e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas**  
A carteira de crédito inclui as operações de arrendamentos a receber e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.  
Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta reconstituidora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MP) 1.401/1984.  
Normalmente, a Santander Leasing efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.  
As provisões para perdas das operações de arrendamentos e outros créditos com características de concessão de crédito são determinadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas).  
As referidas provisões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.  
A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:  
a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença atvida e apropriada ao resultado pelo período de 3 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e  
b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença atvida e apropriada ao resultado pelo período de 3 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e  
c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.  
A Santander Leasing está utilizando essa prerrogativa.  
Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos às perdas a serem reconhecidas em 2015.  
A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).  
**j) Permanente**  
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:  
i) outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.  
**j.1) Imobilizado de uso**  
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4% e instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%.  
**j.3) Imobilizado de Arrendamento**  
Os bens de uso em arrendamento são demonstrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.  
**j.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação**  
Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.  
**j.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar**  
Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das informações financeiras, está reclassificado para a rubrica "bens arrendados".  
**k) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais**  
A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.  
Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.  
As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
Nota	01/07 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2014	
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b> (1)		<b>5.057.101</b>	<b>8.854.456</b>	<b>7.366.253</b>	
Operações de Arrendamento Mercantil (1)		754.465	1.622.237	2.817.162	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		4.302.636	6.232.219	4.549.162	
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	16.d	-	-	(8.819.19)	
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(4.751.530)</b>	<b>(8.460.498)</b>	<b>(6.825.210)</b>	
Operações de Captação no Mercado	16.d	(4.147.904)	(7.134.794)	(4.575.852)	
Operações de Arrendamento Mercantil		(606.101)	(1.325.484)	(2.290.720)	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.f	2.475	(220)	41.362	
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>305.571</b>	<b>393.958</b>	<b>541.043</b>	
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>					

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### b) Abertura por Vencimento

	31/12/2015			
	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos
<b>Títulos para Negociação</b>	4.565	-	-	4.565
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento - FIF	4.565	-	-	4.565
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>8.634.025</b>	<b>109.809</b>	<b>713.096</b>	<b>1.193.137</b>
Títulos Públicos - Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	109.809	713.096	1.193.137
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento (1)	8.634.025	-	-	8.634.025
<b>Total</b>	<b>8.638.590</b>	<b>109.809</b>	<b>713.096</b>	<b>1.193.137</b>

(1) Em 31 de dezembro de 2015, está composto por aplicações em operações compromissadas vinculadas a títulos públicos federais em Letras do Tesouro Nacional - LTN no valor de R\$2.624.363 (31/12/2013 - R\$7.283.918), Notas do Tesouro Nacional - NTN B no valor de R\$3.788.240 (31/12/2014 - R\$127.281), Notas do Tesouro Nacional - NTN F no valor de R\$2.221.687 (31/12/2014 - R\$216.080) e valores a pagar no valor de R\$265 (31/12/2014 - R\$236).

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As principais taxas de juros são extraídas dos contratos futuros e "swaps" negociados na BM&FBovespa e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados ilíquidos ou que, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

### c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Santander Leasing e seus eventuais "hedges".

A Santander Leasing efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da Santander Leasing, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2015, e não apresentava saldo na carteira de negociação.

### Carteira "Banking"

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Exposições sujeitas à Variação de Taxas				
Juros Pré - Fixadas		(457)	(17.564)	(24.358)
<b>Total (1)</b>		<b>(457)</b>	<b>(17.564)</b>	<b>(24.358)</b>

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

**Cenário 1:** choque de +25% e -25% em todas as curvas de juros.

**Cenário 2:** choques de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

**Cenário 3:** choques de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

### 6. Carteira de Arrendamento e Outros Créditos com Características de Provisão de Crédito e Provisão para Perdas

#### a) Composição da Carteira ao Valor Presente

	31/12/2015	31/12/2014
Operações de Arrendamento Mercantil (1)	2.126.183	2.265.663
Outros Créditos (Nota 8)	563	1.274
<b>Total</b>	<b>2.126.746</b>	<b>2.266.937</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.169.565</b>	<b>1.205.646</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>957.181</b>	<b>1.061.291</b>

(1) Os contratos de arrendamento têm cláusulas de não cancelamento e de opção de compra e são pactuados a taxas pré ou pós-fixadas.

#### b) Carteira de Arrendamento

	31/12/2015	31/12/2014
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	2.453.391	2.577.318
Arrendamentos a Receber	1.963.392	2.062.239
Valores Residuais a Realizar (1)	494.999	515.019
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.950.155)	(2.045.173)
Valores Residuais a Balancear	(494.999)	(515.019)
Bens não de Uso Próprio	2.133	2.999
Imobilizado de Arrendamento (Nota 10)	3.109.778	3.449.386
Créditos por Antecipação de Valor Residual (Nota 13)	(993.965)	(1.203.848)
<b>Total da Carteira de Arrendamento ao Valor Presente</b>	<b>2.126.183</b>	<b>2.265.663</b>

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$327.208 (31/12/2014 - R\$311.655).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados ativos.

### Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	31/12/2015	31/12/2014
Vencidas	21.122	35.184
A Vencer:		
Até 3 Meses	357.246	365.332
De 3 a 12 Meses	884.325	905.541
De 1 a 5 Anos	1.184.410	1.263.848
Acima de 5 Anos	6.078	7.413
<b>Total</b>	<b>2.453.391</b>	<b>2.577.318</b>

#### c) Carteira por Vencimento ao Valor Presente

	31/12/2015	31/12/2014
Vencidas	19.929	26.360
A Vencer:		
Até 3 Meses	810.764	864.960
De 3 a 12 Meses	350.801	340.656
De 1 a 5 Anos	933.058	1.030.001
Acima de 5 Anos	4.194	4.930
<b>Total</b>	<b>2.126.746</b>	<b>2.266.937</b>

#### d) Carteira por Vencimento de Atividades ao Valor Presente

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Sector Privado</b>	<b>2.126.615</b>	<b>2.265.313</b>
Indústria	399.892	427.509
Comércio	260.833	259.149
Instituições Financeiras	4.725	7.093
Serviços e Outros	1.417.707	1.448.211
Pessoas Físicas	37.490	116.287
Financiamento e Leasing de Veículos	37.220	115.778
Outros	270	509
Agricultura	9.968	7.066
<b>Sector Público</b>	<b>131</b>	<b>1.622</b>
Governo Municipal	131	1.622
<b>Total</b>	<b>2.126.746</b>	<b>2.266.937</b>

Em 2015, a Santander Leasing adotou uma revisão na abertura por setores para fins desta nota explicativa, o que resultou na reclassificação de alguns itens desta informação, sem alteração do total final. A apresentação desta abertura referente a dezembro de 2014, esta consistente com o critério adotado na elaboração das demonstrações financeiras de dezembro de 2015.

### e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

	31/12/2015				
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Carteira Total	Provisão Requerida
AAA	-	966.663	-	966.663	-
AA	0,5%	890.427	-	890.427	4.452
A	1%	151.856	4.688	156.544	1.565
B	3%	32.708	11.666	44.374	1.313
C	10%	9.962	5.160	15.122	1.512
D	30%	1.084	10.459	11.543	3.463
E	50%	6.325	2.628	8.953	4.477
F	70%	1.598	6.295	7.893	5.525
G	100%	989	24.838	25.827	25.828
<b>Total</b>		<b>2.061.612</b>	<b>65.134</b>	<b>2.126.746</b>	<b>48.135</b>

	31/12/2014				
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Carteira Total	Provisão Requerida
AAA	-	1.243.573	-	1.243.573	-
AA	0,5%	606.692	-	606.692	3.033
A	1%	252.711	23.140	275.851	2.759
B	3%	46.504	18.134	64.638	1.939
C	10%	8.159	8.638	16.797	1.680
D	30%	7.924	7.356	15.280	4.584
E	50%	636	4.490	5.126	2.563
F	70%	-	5.019	5.019	3.513
G	100%	975	32.986	33.961	33.961
<b>Total</b>		<b>2.167.174</b>	<b>99.763</b>	<b>2.266.937</b>	<b>54.032</b>

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

#### f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
<b>Saldo Inicial</b>	<b>54.032</b>	<b>107.651</b>
Constituições (Reversões)	23.220	(41.362)
Baixas	(6.117)	(12.257)
<b>Saldo Final</b>	<b>48.135</b>	<b>54.032</b>
<b>Circulante</b>	<b>18.402</b>	<b>21.905</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>29.733</b>	<b>32.127</b>
<b>Créditos Recuperados (1)</b>	<b>18.925</b>	<b>32.132</b>

(1) Registrados conforme receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil.

### 7. Créditos Tributários

#### a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	126.664	25.325	(6.018)	145.971
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	12.164	6.137	(4.519)	13.782
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	215.283	63.537	(28.170)	250.650
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos	-	-	-	-
Outras Provisões para Venda (1)	23.713	63.165	-	86.878
Outras Provisões Temporárias	23.221	1.321	-	24.542
<b>Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>401.045</b>	<b>159.485</b>	<b>(38.707)</b>	<b>521.823</b>
Prejuízos Fiscais	194.915	-	(35.675)	159.240
Contribuição Social - Média Provisória (MP) 2.158/2001	14.146	-	-	14.146
<b>Total dos Créditos Tributários Circulante</b>	<b>149.106</b>	<b>159.485</b>	<b>(74.382)</b>	<b>695.209</b>
<b>Circulante</b>	<b>149.415</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>170.843</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>460.691</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>524.366</b>

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente  
José de Paiva Ferreira

Conselheiros  
Angel Santodomingo Martell  
Carlos Rey de Vicente  
Conrado Engel

### Contador

Amancio Acúrcio Gouveia  
Nilton Sergio Silveira Carvalho

Contador  
André Miguel do Nascimento - CRC 1SP191241/O-8

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	136.145	3.194	(12.675)	126.664
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	11.619	13.727	(13.182)	12.164
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	228.847	28.556	(42.120)	215.283
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	55	-	(55)	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação (1)	14	-	(14)	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	29.664	-	(5.951)	23.713
Outras Provisões Temporárias	28.317	-	(5.096)	23.221
<b>Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>434.661</b>	<b>45.477</b>	<b>(79.093)</b>	<b>401.045</b>
Prejuízos Fiscais	292.819	-	(97.904)	194.915
Contribuição Social - Média Provisória (MP) 2.158/2001	14.146	-	-	14.146
<b>Total dos Créditos Tributários Circulante</b>	<b>741.626</b>	<b>45.477</b>	<b>(176.997)</b>	<b>610.106</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>264.366</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>149.415</b>
<b>Total</b>	<b>477.260</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>460.691</b>

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL e Cofins.

#### b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Prejuízos Fiscais	CSLL 18%	Total
2016	52.047	47.937	1.770	54.943	14.146	170.843
2017	81.380	71.749	1.770	48.285	-	203.184
2018	128.009	78.623	1.770	9.706	-	218.108
2019	10.676	7.686	1.770	46.306	-	66.438
2020	14.176	10.432	1.770	-	-	26.378
2021 a 2023	6.100	478	-	-	-	1.088
2024 a 2025	5.139	4.031	-	-	-	9.170
<b>Total</b>	<b>292.037</b>	<b>220.936</b>	<b>8.850</b>	<b>159.240</b>	<b>14.146</b>	<b>695.209</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos juros líquidos futuros.

#### c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários e do valor registrado é de R\$584.125 (31/12/2014 - R\$513.610) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais, contribuição social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

#### 8. Outros Créditos - Diversos

	31/12/2015	31/12/2014
Devidores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	859.315	806.396
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	24	19
Para Interposição de Recursos Cíveis	31.701	26.121
Outros	630	286
Garantias Contratuais de Ex-Contratadores	75.232	74.571
Impostos e Contribuições a Compensar	178.986	548.629
Pagamentos a Ressarcir	3.199	3.199
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 6.a)	563	1.274
Outros	78.002	67.030
<b>Total</b>	<b>1.227.652</b>	<b>1.527.523</b>
<b>Circulante</b>	<b>548</b>	<b>35.623</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.227.104</b>	<b>1.491.902</b>

#### 9. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, está composto, principalmente, por edificações.

#### 10. Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 6.b), e tem a seguinte composição:

# Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da  
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil  
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de

distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### Base para opinião com ressalva

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 10. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto à não reclassificação mencionada no parágrafo "base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os

aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Outros assuntos

#### *Demonstração do valor adicionado*

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA"), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza  
Contador  
CRC nº 1 RJ 076328/O-2